

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

21
Nov
2017

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

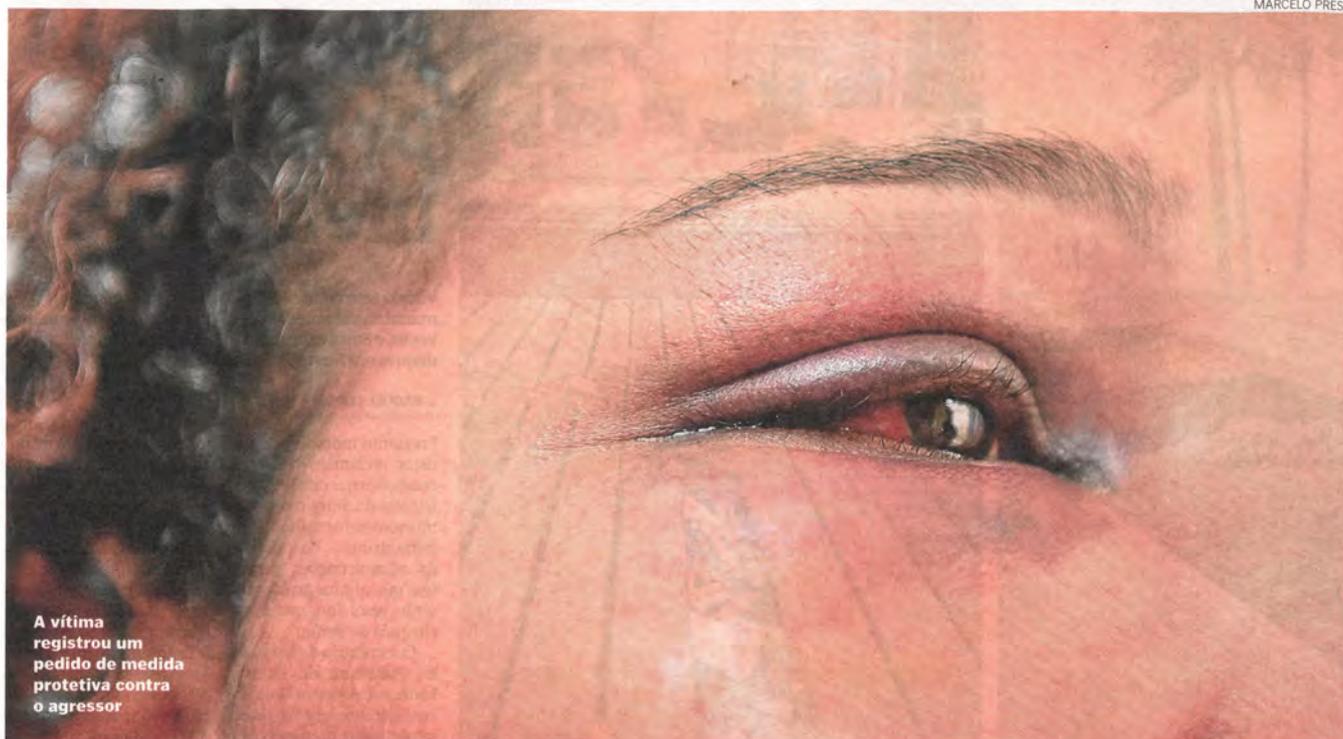
“Ônibus Rosa” atende mulheres vítimas de violência, em VV

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/11/1511264943567690042.html>

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

MARCELO PREST



A vítima registrou um pedido de medida protetiva contra o agressor

ESTUDANTE APANHA ATÉ DESMAIAR NO MEIO DA RUA

O namorado da jovem a agrediu em frente a bar em Vila Velha

▲ SULLIVAN SILVA
susilva@redgazeta.com.br

Com vários hematomas no rosto e pelo corpo, uma estudante de 28 anos procurou a Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam) de Vila Velha, na manhã de ontem, em busca de uma medida protetiva contra o namorado, após ser agredida por ele na madrugada de sábado. As pancadas na cabeça foram tão fortes que a jovem ficou desmaiada por quase duas horas no meio da rua.

Os nomes dos envolvidos e o bairro onde aconteceu o crime não foram divulgados para não expor a vítima.

De acordo com relato feito pela estudante à polícia, tudo aconteceu em frente a um bar. A jovem disse que, após ela encontrar um amigo da época de escola no local, o namorado ficou com

ciúmes e começou a agredi-la verbalmente e fisicamente.

A vítima levou vários chutes e socos na cabeça, ficando desacordada na rua. Ela precisou ser

“

Ele me deixou desmaiada na rua e foi até a casa dele pegar uma faca. Só que quando ele passou no local eu não estava mais”

— ESTUDANTE

socorrida e levada para casa por conhecidos. “Foi do nada. Saímos para ir a um bar tomar cerveja e, quando chegou lá, eu encontrei um conhecido que já tinha estudado comigo há muitos anos, na época do ensino fundamental. Daí meu namorado começou a falar que eu estava armando para ele”, afirmou a estudante.

O casal estava junto há quase dois anos. A estudante afirma que outras agressões já aconteceram, mas que dessa vez foi pior, pois o agressor a ameaçou de morte.

“Ele me deixou desmaiada na rua e foi até a casa dele pegar uma faca. Só que quando ele passou no local eu não estava mais. Aí ele foi até minha casa. Só não conseguiu entrar por que minha mãe ficou na

frente”, disse.

A estudante lamenta fazer parte das estatísticas de violência contra a mulher. “Nunca pensei que eu passaria por isso na minha vida”, desabafou.

Na delegacia, a vítima solicitou uma medida protetiva para que o agressor seja proibido de chegar perto dela, de sua residência ou entrar em contato por telefone e outros meios.

DELEGACIA

De acordo com a delegada Maria Aparecida Sfalini, titular da Deam, a medida protetiva requerida vai ser encaminhada à Justiça, que deve proferir decisão no prazo de 48h. “Vai ser instaurado inquérito e o agressor pode ser condenado na Lei Maria da Penha a três anos de prisão.”

ONDE BUSCAR AJUDA

MAYRA BANDEIRA



Plantão Especializado da Mulher, em Vitória

▼ Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres:
www.spm.gov.br

▼ (Central de Atendimento a Mulheres)
Disque 180

▼ Cidades
Disque 190

▼ Núcleo de Enfrentamento da Violência Doméstica contra a Mulher (Nevid)
Rua Procurador Antônio

Benedicto Amancio Pereira, nº 350, Ed. Promotor Edson Machado, Santa Helena, Vitória. Telefones: 3194-4748, 3194-4747 e 3194-5199

▼ Plantão Especializado da Mulher (PEM)
3323-4045

▼ Delegacias e Distritos de Atendimento à Mulher nos municípios

Major Denice Santiago

“Essas mulheres estão sob o domínio de uma cultura e isso não muda com uma lei”

Criadora da **Ronda Maria da Penha**, que acompanha vítimas na Bahia, fala sobre a necessidade do combate aos crimes de gênero no Brasil

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

Aos 46 anos – 27 deles dedicados à Polícia Militar – a major Denice Santiago faz de sua função um instrumento de luta pelo direito das mulheres na Bahia. Ela foi a principal articuladora para a implantação da Ronda Maria da Penha (RMP) em Salvador (BA), em março de 2015 e, desde então, auxilia na proteção de mulheres vítimas de violência doméstica.

Além da capital baiana, a equipe da RPM atua em cinco cidades do interior, como Juazeiro, Paulo Afonso e Feira de Santana. Os 60 policiais coordenados por Denice visitam periodicamente mulheres protegidas pela Lei Maria da Penha, fazendo com que seus ex-companheiros cumpram a medida protetiva de afastamento.

Major Denice sabe que o caminho para a redução da violência contra a mulher vai além da repressão: para ela, tudo depende de uma transformação cultural. Ainda assim, não abre mão de doar seu tempo para devolver a dignidade às mulheres assombradas pela violência de gênero dentro de suas casas. Confira a entrevista:

Como começou a Ronda?

Em 2005 eu e outra major participamos de uma atividade de 50 anos da mulher na PM de São Paulo. Durante as dinâmicas, percebemos que havia um grande número de mulheres dentro da PM com depressão e tendências suicidas. Voltando a Salvador, solicitamos ao comandante geral a criação do Centro Maria Felipa, que até



PMBA/DIVULGAÇÃO

hoje discute demandas relacionadas ao gênero no ambiente policial militar.

Desde então, fomos percebendo problemas relacionados à violência doméstica, vivenciado pelas policiais e por esposas de policiais e nos aproximamos da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Em 2014, iniciamos um debate com a Secretaria de Política para as Mulheres e fomos construindo a Ronda Maria da Penha. Ela é fruto de um termo de cooperação técnica entre o governo, o Tribunal de Jus-

tiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

E como funciona?

Trabalhamos todos os dias de 8h às 18h em viaturas padronizadas com três policiais: dois homens e uma mulher. Nós fazemos ronda nos bairros, visitas às casas das mulheres, ao trabalho, prendemos os agressores e participamos das audiências na Justiça.

Os casos aumentaram?

Hoje as mulheres estão tendo mais coragem de

denunciar a violência em decorrência da Lei Maria da Penha e da Ronda. Mas muitos casos ainda são subnotificados. Há situações que a gente sequer sabe que existem porque essas mulheres ainda não tiveram coragem de romper com o silêncio, não encontraram paz suficiente para denunciar.

Como é para você lidar com isso?

Eu faço um exercício muito grande para não

Quando vejo uma mulher que antes não conseguia nem sair de casa ter sua autonomia de volta, sei que estamos no caminho certo”

DENICE SANTIAGO
MAJOR DA PM DA BAHIA

me acostumar com isso. Quero sempre me indignar com as violências que encontro, pois quando não nos indignamos, nós as naturalizamos, transformamos em algo corriqueiro. Entretanto, eu sei que preciso estar sempre alerta a qualquer coisa.

Há casos que já te marcaram?

Em um relato recente, um policial falou sobre um agressor que com o ferro quente queimou os seios e a face da companheira. Ele estava com uma faca para agredi-la e acabou cortando um dos dedos da mãe dela, que tentou intervir. Nós o prendemos. Mas todos os casos são muito complexos.

Acha que as mulheres estão protegidas pela Lei Maria da Penha?

Ainda falta muito. Essas mulheres estão sob o domí-

nio de uma cultura e não se muda isso com uma lei. Isso requer um investimento social grande. É fazer com que homens e mulheres reconheçam o problema e façam o movimento de mudança. Falta falar de violência em casa, na escola, no trabalho, trazer à tona essa pauta. As estratégias de enfrentamento têm que ser coletivas.

Como a violência doméstica se manifesta?

A sociedade só costuma responder à violência física, porque é a única que deixa marcas visíveis. Já a violência patrimonial, a sexual, a psicológica nem a mulher percebe e nem a sociedade recrimina. Só quando começamos a sinalizar esses tipos de violência é que nossas atendidas percebem que já sofreram todas elas. Saber disso é muito importante para a mulher se perceber como vítima e para o homem se perceber como agressor.

Temos um projeto em que policiais homens falam para homens sobre a violência doméstica. Alguns nem identificam que a violência sexual pode existir no casamento ou que a psicológica existe quando chamam a mulher de gorda, burra.

O que te motiva a atuar por essa causa?

O olhar das mulheres que consigo proteger e salvar. Quando vejo uma mulher que antes não conseguia nem sair de casa ter sua autonomia de volta, sei que estamos no caminho certo.

Mulher é agredida pelo namorado e fica desacordada no meio da rua

Segundo a vítima, o namorado ficou com ciúmes por ela ter encontrado um amigo da época de escola

Com vários hematomas no rosto e pelo corpo, uma estudante de 28 anos procurou a Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam) de Vila Velha, na manhã desta segunda-feira (20), em busca de uma medida protetiva contra o namorado, após ser agredida por ele na madrugada de sábado. As pancadas na cabeça foram tão fortes que a jovem ficou desmaiada por quase duas horas no meio da rua.

De acordo com relato da estudante, tudo aconteceu em frente a um bar. Ela disse que após encontrar um amigo da época de escola no local, o namorado, por ciúmes, iniciou a agressão verbal e física. Ela levou vários chutes e socos na cabeça, ficou desacordada na rua, e precisou ser socorrida e levada para casa por conhecidos.

“Foi do nada. Saímos para um bar tomar cerveja e, quando chegou lá, eu encontrei um conhecido que já tinha estudado comigo havia muitos, na época do ensino fundamental. Aí ele começou a falar que eu estava armando para ele”, afirma a vítima.

O casal estava juntos havia quase dois anos. A estudante afirma que outras agressões já aconteceram, mas que dessa vez foi pior, pois o namorado a ameaçou de morte. “Ele me deixou desmaiada e foi até em casa para pegar uma faca para poder me matar. Só que quando ele passou no local eu não estava mais. Aí ele foi até minha casa. Só não conseguiu entrar porque minha mãe entrou na frente”, disse.

Chocada com o que aconteceu, a mulher lamenta fazer parte das estatísticas de violência contra a mulher. “Nunca pensei que eu ia passar por isso na minha vida. Que eu iria fazer parte de uma estatística.”

Pela agressão e ameaça de morte, a vítima pediu uma medida protetiva para que o agressor seja proibido de chegar perto dela, de sua residência ou entrar em contato por telefone e outros meios.

De acordo com a delegada Maria Aparecida Sfalsini, titular da Deam, a medida protetiva requerida vai ser encaminhada para a Justiça, que deve proferir decisão no prazo de 48h. O acusado só pode ser preso se for pego em flagrante pela polícia, ou após ser condenado pela justiça.

“É instaurado inquérito e depois do deferimento da medida, o agressor pode ser condenado com base na Lei Maria da Penha a três anos de prisão”, disse a delegada.

Os nomes dos envolvidos não foram divulgados para não expor a vítima.

Alegando ser eletricitista, o homem solicitou ao porteiro que o deixasse entrar. No entanto, como ele não possuía as chaves do imóvel, sua entrada foi proibida. Em depoimento a polícia, o mesmo homem confirmou que conhece Hilário desde criança.

Também em depoimento a polícia, o porteiro do prédio contou que o suposto eletricitista interfonou para a casa da vizinha de Milena e falou com a secretária, que informou que não tinha a chave do apartamento.

“Redução da violência contra a mulher depende de mudança cultural”

Criadora da Ronda Maria da Penha, que acompanha vítimas na Bahia, fala sobre a necessidade do combate aos crimes de gênero no Brasil

Aos 46 anos – 27 deles dedicados à Polícia Militar – a major Denice Santiago faz de sua farda um instrumento de luta pelo direito das mulheres na Bahia. Ela foi a principal articuladora para a implantação da Ronda Maria da Penha (RMP) em Salvador (BA), em março de 2015 e, desde então, auxilia na proteção de mulheres vítimas de violência doméstica.

Além da capital baiana, a equipe da RPM atua em cinco cidades do interior, como Juazeiro, Paulo Afonso e Feira de Santana. Os 60 policiais coordenados por Denice visitam periodicamente mulheres protegidas pela Lei Maria da Penha, fazendo com que seus ex-companheiros cumpram a medida protetiva de afastamento.

Major Denice sabe que o caminho para a redução da violência contra a mulher vai além da repressão: para ela, tudo depende de uma transformação cultural. Ainda assim, não abre mão de doar seu tempo para devolver a dignidade às mulheres assombradas pela violência de gênero dentro de suas casas. Confira a entrevista:

Como começou a Ronda?

Em 2005 eu e outra major participamos de uma atividade de 50 anos da mulher na PM de São Paulo. Durante as dinâmicas, percebemos que havia um grande número de mulheres dentro da PM com depressão e tendências suicidas. Voltando a Salvador, solicitamos ao comandante geral a criação do Centro Maria Felipa, que até hoje discute demandas relacionadas ao gênero no ambiente policial militar.

Desde então, fomos percebendo problemas relacionados à violência doméstica, vivenciado pelas policiais e por esposas de policiais e nos aproximamos da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Em 2014, iniciamos um debate com a Secretaria de Política para as Mulheres e fomos construindo a Ronda Maria da Penha. Ela é fruto de um termo de cooperação técnica entre o governo, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

E como funciona?

Trabalhamos todos os dias de 8h às 18h em viaturas padronizadas com três policiais: dois homens e uma mulher. Nós fazemos ronda nos bairros, visitas às casas das mulheres, ao trabalho, prendemos os agressores e participamos das audiências na Justiça.

Os casos aumentaram?

Hoje as mulheres estão tendo mais coragem de denunciar a violência em decorrência da Lei Maria da Penha e da Ronda. Mas muitos casos ainda são subnotificados. Há situações que a gente sequer sabe que existem porque essas mulheres ainda não tiveram coragem de romper com o silêncio, não encontraram paz suficiente para denunciar.

Como é para você lidar com isso?

Eu faço um exercício muito grande para não me acostumar com isso. Quero sempre me indignar com as violências que encontro, pois quando não nos indignamos, nós as naturalizamos, transformamos em algo corriqueiro. Entretanto, eu sei que preciso estar sempre alerta a qualquer coisa.

Há casos que já te marcaram?

Em um relato recente, um policial falou sobre um agressor que com o ferro quente queimou os seios e a face da companheira. Ele estava com uma faca para agredi-la e acabou cortando um dos dedos da mãe dela, que tentou intervir. Nós o prendemos. Mas todos os casos são muito complexos.

Acha que as mulheres estão protegidas pela Lei Maria da Penha?

Ainda falta muito. Essas mulheres estão sob o domínio de uma cultura e não se muda isso com uma lei. Isso requer um investimento social grande. É fazer com que homens e mulheres reconheçam o problema e façam o movimento de mudança. Falta falar de violência em casa, na escola, no trabalho, trazer à tona essa pauta. As estratégias de enfrentamento têm que ser coletivas.

Como a violência doméstica se manifesta?

A sociedade só costuma responder à violência física, porque é a única que deixa marcas visíveis. Já a violência patrimonial, a sexual, a psicológica nem a mulher percebe e nem a sociedade recrimina. Só quando começamos a sinalizar esses tipos de violência é que nossas atendidas percebem que já sofreram todas elas. Saber disso é muito importante para a mulher se perceber como vítima e para o homem se perceber como agressor.

Temos um projeto em que policiais homens falam para homens sobre a violência doméstica. Alguns nem identificam que a violência sexual pode existir no casamento ou que a psicológica existe quando chamam a mulher de gorda, burra.

O que te motiva a atuar por essa causa?

O olhar das mulheres que consigo proteger e salvar. Quando vejo uma mulher que antes não conseguia nem sair de casa ter sua autonomia de volta, sei que estamos no caminho certo.

VILA VELHA

Polícia flagra adolescente que se “casou” aos 11 anos com feirante

Hoje, a garota tem 17 anos; há suspeita também que ela seja agredida por acusado

▲ CAIQUE VERLI
▲ MAYRA BANDEIRA

Um feirante de 57 anos é investigado por estupro de vulnerável, em Vila Velha. A Polícia Civil descobriu que ele vivia com uma adolescente de 17 anos desde que ela tinha 11 anos. Há também a suspeita de que a jovem era agredida por ele.

Nesse tempo em que mora com o feirante, a adolescente engravidou e teve dois filhos. Uma das crianças tem hoje 2 anos e a outra está com 6 meses.

O caso veio à tona por meio de uma denúncia anônima que dizia que adolescente era mantida em cárcere privado pelo suspeito, o que não foi confirmado pela polícia, segundo a delegada Maria Aparecida Sfalsini.

A polícia chegou na casa do feirante na manhã de ontem. De acordo com a delegada, a menina foi morar com o feirante com a permissão da mãe dela, que hoje é falecida. “Elas viviam em uma situação de extrema pobreza. Esse feirante costumava comprar remédios para a mãe da jovem e foi então que a mulher deixou a filha ir morar com ele.”



Adolescente contou que tem dois filhos com o feirante, de 57 anos

A delegada disse ainda que a jovem não apresenta lesões aparentes que poderiam evidenciar a situação de maus-tratos. A princípio, a jovem confirmou já ter sido agredida pelo feirante, porém, na hora do depoimento, negou as acusações.

“Ela defende ele das

acusações de agressão. Mas é claro que sabemos da situação vulnerável em que ela se encontra”, afirma a delegada.

Para a delegada, o crime concreto nessa história é o de estupro. “Nessa idade de 11 anos, é considerado estupro de vulnerável, que é um crime muito grave”, ressaltou.

O caso foi registrado no Distrito Policial de Atendi-

mento à Mulher de Vila Velha. O feirante foi ouvido e liberado, já que não houve flagrante. “Ela não quer mais morar com ele, e quer levar as crianças. Disse que não aguenta o ciúmes dele. O Conselho Tutelar foi acionado e a menina e as crianças foram encaminhadas para um abrigo, até que a situação de moradia seja resolvida”, afirmou a delegada.

Caso de dependência financeira

▲ Casos como o da adolescente de 17 anos, que foi morar com um feirante aos 11 anos, são difíceis de ser resolvidos por conta da relação afetiva criada entre os dois e da dependência econômica da vítima.

“Fica claro que ela foi morar com ele para fugir da situação de miséria em que vivia”, constata a delegada Maria Aparecida Sfalsini. A adolescente, hoje com 17 anos, não sabe ler. O depoimento prestado à polícia foi assinado apenas com a digital do polegar direito.

“É complicado apurar um caso como este, que começou com um crime. Mas hoje, os dois criaram uma família. Não podemos esquecer também dessas duas crianças, que não podem ficar desamparadas”, ressaltou a delegada.

O inquérito foi aberto e tem até 30 dias para ser concluído. Depois o caso será remetido à Justiça.

ANÁLISE

“Era uma garantia de sobrevivência”

▲ É uma triste realidade onde a péssima distribuição de renda, a desigualdade social, a falta de políticas públicas e uma sociedade permissiva demais revelam casos como este. Como uma mãe permite que uma criança vá viver com um homem de mais de 40 anos? Se houvesse o mínimo de atendimento (socioeducacional, de saúde, etc.) não seria necessária a “ajuda” de alguém que se aproveitou da situação e conviveu intimamente com uma criança que não podia decidir sobre isso, e pelo visto sua mãe também não. Onde estavam os familiares e órgãos de proteção a vulneráveis? Certamente uma família com um mínimo de instrução e amparo do Estado não permitiria tal fato. É um reflexo de uma estrutura social, política e econômica desigual. É possível que ela visse uma saída ao “aceitar” o “acolhimento” deste senhor que doava remédios à sua mãe. Pessoas nestas condições não veem esperança. Se fôssemos nós, o que faríamos? Provavelmente aceitaríamos a “ajuda”. Era a garantia de sobrevivência.

JOILTON ROSA
SOCIÓLOGO, PROFESSOR DE SOCIOLOGIA, FILOSOFIA E ÉTICA

“SOMOS UM CASAL”

“APESAR DE TUDO, ELE CUIDA DOS MEUS FILHOS”

Adolescente
17 anos

▲ Na delegacia, a adolescente negou que era mantida em cárcere privado, mas confirmou que quer se separar do feirante, com quem tem dois filhos.

Vivia presa em casa? Não. Alguém falou isso, mas nada é verdade. Ele não me forçou em nada. Desde os meus 11 anos não existe cárcere privado. Eu saio, passeio, ele não me obriga a ficar em casa.

Já foi agredida? Já teve agressão, mas foi mútua. Ele não aceita a separação, me ameaça. Mas quero a separação sem confusão, e isso aconteceria sem precisar disso. Apesar de tudo ele cuida dos meus filhos. É

uma pessoa boa. **Como espera que isso se resolva?** Só espero que não aconteça nada com ele. Quero viver minha vida. **Como se conheceram?** Nos conhecemos na feira. Somos um casal. Fui morar com ele porque quis, ninguém me forçou a nada.



Delegada Maria Aparecida Sfalsini: “É um caso complexo”

Garota diz ser casada com feirante desde os 11 anos

Menor de 17 anos disse a policiais que se juntou a feirante, 57, para ajudar a mãe dela. Polícia vai investigar relacionamento

Carlos Mobutto
Rafael Louzada

Após denúncia anônima, policiais da Delegacia Especializada da Mulher de Vila Velha passaram a investigar um feirante, 57 anos, suspeito de agredir a mulher, de 17. A denúncia também dizia que a adolescente estava em situação de cárcere privado, porém, a vítima negou.

Segundo a polícia, a garota foi morar com o feirante, quando tinha 11 anos. Na época, ela teria aceitado a relação para ajudar a mãe, que tinha problemas de saúde. O casamento não foi registrado em qualquer tipo de cartório.

Os investigadores contaram também que ao chegarem à residência do casal, em Vila Velha, a vítima negava as acusações contra o feirante, entretanto, depois de o acusado ser afastado de perto dela, a menor disse em depoimento que era agredida, mas continuou negando o crime de cárcere privado.

Em entrevista à reportagem de A Tribuna, a adolescente voltou a negar que sofria violência e reiterou que não existia o crime de cárcere privado.

Em outro momento da entrevista, a adolescente afirmou que há um tempo eles brigavam muito e, por isso, queria se separar dele. Ela chegou a falar: "Ele me dava uns socos durante essas brigas de casal".

Diante da situação, o Conselho Tutelar de Vila Velha foi acionado para auxiliar na proteção da ado-



DELEGADA Aparecida Sfalini vai investigar o caso e avaliar se fica configurado crime de estupro de vulnerável

lescente e dos dois filhos que ela tem com o feirante, de 2 anos e de 8 meses. A conselheira explicou que se ela optasse por voltar para casa e ficasse sem denunciar a violência doméstica, correria o risco de perder a guarda dos filhos.

Segundo a delegada Aparecida Sfalini, a polícia vai investigar o caso. "Poderia se configurar estupro de vulnerável, vamos analisar".

O feirante foi ouvido e liberado. A garota e os filhos foram encaminhados para o Conselho Tutelar.

Esclarecimento

Os nomes do acusado, da adolescente e do bairro em que residem não estão sendo divulgados para preservar a identidade da garota.

FEIRANTE INVESTIGADO

"Nunca foi estupro"

À reportagem de A Tribuna, o feirante, 57, investigado por agredir e abusar de uma menor afirmou que o denunciaram por inveja. E alega que só começou a morar com a garota só quando ela tinha 14 anos, e não aos 11 anos como a adolescente disse à polícia.



FEIRANTE diz que não houve estupro

“Ela não queria processá-lo. De qualquer forma, fizemos o boletim de ocorrência e solicitamos uma medida protetiva para a garota”

“Mesmo com consentimento, relação com menor é crime”

O crime de estupro de vulnerável configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante o eventual consentimento da vítima para a prática do ato, experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.

Essa definição consta na súmula 593, aprovada pelo Superior Tribunal de Justiça, em julho deste ano.

Segundo o titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, ainda é muito comum que menores de 14 anos se relacionem com pessoas mais velhas para atenuar a situação social da família.

“Se for confirmado este relacionamento, mesmo com aval dos pais, será configurado crime de estupro de incapaz. Infelizmente ainda há esse tipo de registro, no qual algumas famílias aceitam esse tipo de relacionamento por questões financeiras. É lamentável. Mesmo que não haja violência, ameaça ou coação, um adulto, se relacionar com jovens e adolescentes menores de 14, está sujeito a uma pena que vai de oito a 15 anos”, afirmou Pazolini.

Ele faz outro alerta. “Havendo comprovação da omissão dos pais, por deixar o filho viver nessa condição, eles também podem ser indiciados pelo crime de estupro de incapaz”, concluiu o titular da DPCA, que deverá receber o caso.



LORENZO Pazolini: “Lamentável”

Mutirão para atender vítimas de violência doméstica

Foi realizada ontem, no Tribunal de Justiça do Estado, a abertura da 9ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. Hoje haverá atendimento para vítimas de violência doméstica em Vila Velha, em frente ao Fórum da Prainha, das 9h às 17h, no ônibus rosa, num mutirão com vários serviços.

A juíza Hermínia Azoury, da Coordenadoria de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, destacou que apesar de o Estado não liderar mais o ranking de violência contra a mulher, a situação ainda é grave. “Essas campanhas são uma forma de estimular o rompimento do silêncio”, defendeu.

A vice-presidente da seccional da

SOLENIIDADE contou com autoridades, como a juíza Hermínia Azoury e o desembargador Fernando Zardini

OAB, Simone Silveira, clamou para que as mulheres se unam.

Já o desembargador Fernando Zardini Antônio afirmou que é hora de identificar e combater as causas da violência doméstica.



“Precisamos mudar essa cultura de violência, não só a física, mas a psicológica também”, disse.

De janeiro a julho deste ano foram expedidas 6.740 medidas protetivas.

Estudante é agredida na rua pelo namorado

Um comerciante, 30 anos, foi denunciado pela ex-namorada, uma estudante, de 28, após espancá-la na rua, em João Goulart, Vila Velha. A vítima registrou ocorrência ontem na Delegacia Especializada da Mulher do município.

Ela contou que estava em uma festa junto com o namorado, quando eles começaram a discutir porque ele estava com ciúmes.

“Larguei ele lá e fui embora, mas ele me alcançou no meio do caminho, tomou a chave da minha casa, virei as costas e segui, ele me derribou no chão e começou a me espancar com socos e chutes”.

Segundo a jovem, ela só conseguiu se salvar, porque uma amiga interveio na briga.



VÍTIMA com hematomas no olho

A estudante deixou um recado: “Jamais imaginei fazer parte dessa estatística. Então quando acontecer a agressão, mulheres, denunciem e desistam da relação”.

O acusado não foi preso.

Feirante que vivia com menina desde os 11 anos é ouvido e liberado

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/11/feirante-que-vivia-com-meni-na-desde-os-11-anos-e-ouvido-e-liberado-1014108072.html

28 ECONOMIA

A VIDA NO LIXO

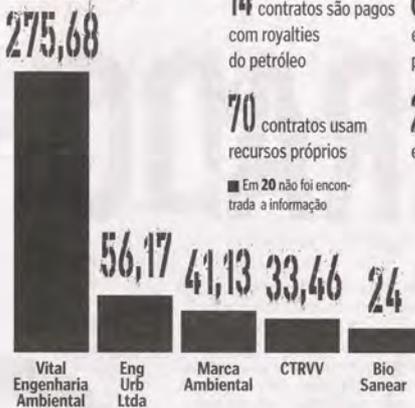
AGAZETA
TERÇA, 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Raio-X dos contratos das prefeituras

Foram encontrados 104 contratos de 63 municípios, em portais da Transparência dos municípios e no portal Geo-obras, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES)



OS MAIORES CONTRATOS (em milhões R\$)



Fontes de recursos

14 contratos são pagos com royalties do petróleo
70 contratos usam recursos próprios
Em 20 não foi encontrada a informação

Transparência

80 contratos estavam disponíveis para download
24 contratos não estavam disponíveis

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

12 concorrências públicas
38 pregões presenciais
6 pregões eletrônicos
31 dispensas de licitação
4 contratos de locação
2 convites
2 inexigibilidade de licitação
2 tomadas de preço
8 não informados

Infografia | Genildo

CONTRATOS ESCONDEM PROBLEMAS E FRAUDES

Práticas como superfaturamento, direcionamento de licitações e fabricação de editais por empresas já foram identificadas em prefeituras capixabas pelo Ministério Público Estadual

Superfaturamento, direcionamento de licitações, editais fabricados, com cláusulas que restringem concorrência, contratação com dispensa de licitação a partir de emergências produzidas. Essas foram algumas das irregularidades encontradas pelo Ministério Público do Estado (MPES) em contratos de licitação pública firmados entre prefeituras e empresas prestadoras de serviço.

As investigações resultaram na Operação Varredura, deflagrada em duas fases em agosto deste ano, em seis municípios. Contratos emergenciais de coleta e tratamento de lixo da Prefeitura de São Mateus e um pregão da Prefeitura de Ponto Belo foram contestados e, segundo o MPES, geraram prejuízos superiores a R\$ 60 milhões.

A operação foi conduzida pelo Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecco-Norte). De acordo com o promotor Claudeval França, diversas irregularidades chamaram a atenção das autoridades, como o levantamento da quantidade de resíduos sólidos feito pela própria empresa, emergências fabricadas para haver contratações diretas e inserções de cláusulas restritivas em editais.

No último caso, explica ele, os certames eram impugnados pelo Tribunal de Contas (TCE) ou Tribunal de Justiça (TJES). "Com isso, as prefeituras estariam 'autorizadas' a procederem contratações diretas com dispensa de licitação", explica.

No caso de São Mateus, em maio de 2013, a prefeitura contratou a RT Empreendimentos, por dispensa de licitação, por 60 dias. Esse contrato foi prorrogado duas vezes e custou R\$ 28,74 milhões.

Em 24 de junho de 2016, a prefeitura fez mais um contrato emergencial com a RT, por dispensa de licitação, para mais 180 dias, no valor de R\$ 7,49 milhões. Em

dezembro, novamente contratou a RT por dispensa de licitação, por 90 dias, prorrogado até março de 2017.

Nesse período, três licitações chegaram a ser lançadas. A primeira, em 2014, foi cancelada e a segunda, em 2015, suspensa pela Justiça. A terceira foi suspensa pelo TCE em novembro de 2016. Atualmente, a empresa que presta serviço de coleta, transporte e destinação do lixo da cidade é a Fortaleza Ambiental. Antes dela, a Bio Sanear foi contratada duas vezes com dispensa de licitação. O último contrato venceu ontem.

Em Linhares, a Bio Sanear é contratada sem licitação desde a metade de 2015.

60 meses

É o prazo máximo de vigência de um mesmo contrato com a administração pública, diz a lei das licitações.

QUESTIONADOS

Há ainda contratos questionados pelo Ministério Público de Contas ou pelo TCE. O contrato firmado em 2014 entre a Prefeitura de Castelo e a empresa Fortaleza Ambiental é um deles. O questionamento ocorre por ter um objeto muito amplo ("atender toda a demanda dos serviços de limpeza pública do município") e haver indícios de irregularidade na licitação.

No entanto, a prefeitura segue com o mesmo contrato até hoje. O valor inicial era de R\$ 148 mil por mês. Hoje o gasto mensal

está em R\$ 339,6 mil. Já são seis aditivos.

Em Baixo Guandu, o TCE verificou irregularidades no pregão presencial e obrigou a prefeitura a rescindir o contrato, sob multa de R\$ 3 mil para o prefeito e para o pregoeiro. Eles pediram o reexame da decisão, que ainda não foi a plenário.

EMERGENCIAIS

Apesar de não serem consideradas fraudes, as contratações por dispensa de licitação são apontadas pelo Ministério Público como sinais de alerta. A prática é comum em diversas prefeituras, como na Capital. Em Vitória, a prefeitura fez contratos emergenciais entre 2012 e 2014 com a Vital, empresa que atualmente presta serviço para a municipalidade. Nesse período, foram gastos R\$ 193,9 milhões, todos sem licitação.

Em Vila Velha, o contrato de limpeza pública em vigor, que inclui entre outros itens coleta e transporte de resíduos sólidos e coleta seletiva, com a Corpus Saneamento e Obras, foi feito por dispensa de licitação. Antes, em maio, a empresa foi contratada na mesma modalidade para o mesmo serviço.

Em Aracruz, desde 2013, a prefeitura contrata empresas com dispensa de licitação. A atual é a SA Serviços de Limpeza e Soluções Ambientais. O contrato está em vigor até 1º de dezembro e custa R\$ 7,2 milhões.

Outra questão são os aditivos. Em Piúma, o contrato já vigora há 65 meses. A Lei nº 8.666/1993, da lei das licitações, permite aditar contratos por até 60 meses, salvo em caso excepcional.

AMANHÃ, bônus exemplos da gestão do lixo e da relação entre catadores e prefeituras do Estado.

A VIDA NO LIXO
Veja a lista dos contratos das prefeituras para serviços de coleta, transporte e aterro dos resíduos.

Outro lado

Contratação emergencial é a saída

Com certames suspensos pela Justiça ou questionados pelo Tribunal de Contas, as prefeituras dizem que não têm outra saída a não ser a contratação emergencial, sem licitação.

É o caso de Vila Velha. O município chegou a abrir um processo licitatório na gestão anterior, sem êxito, e, em dezembro de 2016, o Tribunal de Contas recomendou a suspensão. Um novo certame está em tramitação.

Em Vitória, segundo o subsecretário de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, Ademir Barbosa Filho, as contratações emergenciais foram herdadas da administração anterior. "Quando assumimos, conversamos com o MP e com o TCE para organizar um novo certame". O contrato atual vale até 2018.

Em Aracruz, uma concorrência pública em 2014 foi suspensa pelo TCE, com alterações no edital. O processo ainda corre. Como uma concorrência pública demoraria até 90 dias, o município optou pela contratação emergencial. Já a atual gestão de Linhares afirmou que, ao assumir, viu o contrato vencendo no início de janeiro. Para não interromper o serviço, foi feita contratação sem licitação. Um novo edital será lançado nos próximos dias.

Em São Mateus, um pregão presencial neste ano foi suspenso pela Justiça. Foi realizado novo procedimento licitatório, mas como o pregão ainda estava em andamento, o TCE notificou o município para suspender a concorrência. A prefeitura foi obrigada a firmar contrato emergencial. A Prefeitura de Baixo Guandu informou que recorreu ao TCE, aguarda análise do recurso e vai providenciar uma nova licitação.

As prefeituras de Piúma, Castelo e Ponto Belo não deram retorno até o fechamento da reportagem. As empresas Fortaleza Ambiental, Bio Sanear e Vital foram procuradas, mas ninguém atendeu às ligações.

Contratos de limpeza pública escondem problemas e fraudes

Práticas como superfaturamento, direcionamento de licitações e editais fabricados por empresas já foram identificadas em prefeituras do Estado pelo Ministério Público Estadual

Superfaturamento, direcionamento de licitações, editais fabricados, com cláusulas que restringem concorrência, contratação com dispensa de licitação a partir de emergências produzidas. Essas foram algumas das irregularidades encontradas pelo Ministério Público do Estado (MPES) em contratos de limpeza pública firmados entre prefeituras e empresas prestadoras de serviço.

As investigações resultaram na Operação Varredura, deflagrada em duas fases em agosto deste ano, em seis municípios. Contratos emergenciais de coleta e tratamento de lixo da Prefeitura de São Mateus e um pregão da Prefeitura de Ponto Belo foram contestados e, segundo o MPES, geraram prejuízos superiores a R\$ 60 milhões.

A operação foi conduzida pelo Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Norte). De acordo com o promotor Claudeval França, diversas irregularidades chamaram a atenção das autoridades, como o levantamento da quantidade de resíduos sólidos feito pela própria empresa, emergências fabricadas para haver contratações diretas e inserções de cláusulas restritivas em editais.

No último caso, explica ele, os certames eram impugnados pelo Tribunal de Contas (TCE) ou Tribunal de Justiça (TJES). “Com isso, as prefeituras estariam ‘autorizadas’ à procederem contratações diretas com dispensa de licitação”, explica.

No caso de São Mateus, em maio de 2013, a prefeitura contratou a RT Empreendimentos, por dispensa de licitação, por 60 dias. Esse contrato foi prorrogado duas vezes e custou R\$ 28,74 milhões.

Em 24 de junho de 2016, a prefeitura fez mais um contrato emergencial com a RT, por dispensa de licitação, para mais 180 dias, no valor de R\$ 7,49 milhões. Em dezembro, novamente contratou a RT por dispensa de licitação, por 90 dias, prorrogado até março de 2017.

Nesse período, três licitações chegaram a ser lançadas. A primeira, em 2014, foi cancelada e a segunda, em 2015, suspensa pela Justiça. A terceira foi suspensa pelo TCE em novembro de 2016. Atualmente, a empresa que presta serviço de coleta, transporte e destinação do lixo da cidade é a Fortaleza Ambiental. Antes dela, a Bio Sanear foi contratada duas vezes com dispensa de licitação. O último contrato venceu nesta segunda-feira (22).

Em Linhares, a Bio Sanear é contratada sem licitação desde a metade de 2015.

QUESTIONADOS

Há ainda contratos questionados pelo Ministério Público de Contas ou pelo TCE. O contrato firmado em 2014 entre a Prefeitura de Castelo e a empresa Fortaleza Ambiental é um deles. O questionamento ocorre por ter um objeto muito amplo (“atender toda a demanda dos serviços de limpeza pública do município”) e haver indícios de irregularidade na licitação.

No entanto, a prefeitura segue com o mesmo contrato até hoje. O valor inicial era de R\$ 148 mil por mês. Hoje o gasto mensal está em R\$ 339,6 mil. Já são seis aditivos.

Em Baixo Guandu, o TCE verificou irregularidades no pregão presencial e obrigou a prefeitura a rescindir o contrato, sob multa de R\$ 3 mil para o prefeito e para o pregoeiro. Eles pediram o reexame da decisão, que ainda não foi a plenário.

EMERGENCIAIS

Apesar de não serem consideradas fraudes, as contratações por dispensa de licitação são apontadas pelo Ministério Público como sinais de alerta. A prática é comum em diversas prefeituras, como na Capital. Em Vitória, a prefeitura fez contratos emergenciais entre 2012 e 2014 com a Vital, empresa que atualmente presta serviço para a municipalidade. Nesse período, foram gastos R\$ 193,9 milhões, todos sem licitação.

Em Vila Velha, o contrato de limpeza pública em vigor, que inclui entre outros itens coleta e transporte de resíduos sólidos e coleta seletiva, com a Corpus Saneamento e Obras, foi feito por dispensa de licitação. Antes, em maio, a empresa foi contratada na mesma modalidade para o mesmo serviço.

Em Aracruz, desde 2013, a prefeitura contrata empresas com dispensa de licitação. A atual é a SA Serviços de Limpeza e Soluções Ambientais. O contrato está em vigor até 1º de dezembro e custa R\$ 7,2 milhões.

Outra questão são os aditivos. Em Piúma, o contrato já vigora há 65 meses. A Lei nº 8.666/1993, da lei das licitações, permite aditar contratos por até 60 meses, salvo em caso excepcional.

CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL É A SAÍDA

Com certames suspensos pela Justiça ou questionados pelo Tribunal de Contas, as prefeituras dizem que não têm outra saída a não ser a contratação emergencial, sem licitação.

É o caso de Vila Velha. O município chegou a abrir um processo licitatório na gestão anterior, sem êxito, e, em dezembro de 2016, o Tribunal de Contas recomendou a suspensão. Um novo certame está em tramitação.

Em Vitória, segundo o subsecretário de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, Ademir Barbosa Filho, as contratações emergenciais foram herdadas da administração anterior. “Quando assumimos, conversamos com o MP e com o TCE para organizar um novo certame”. O contrato atual vale até 2018.

Em Aracruz, uma concorrência pública em 2014 foi suspensa pelo TCE, com alterações no edital. O processo ainda corre. Como uma concorrência pública demoraria até 90 dias, o município optou pela contratação emergencial. Já a atual gestão de Linhares afirmou que, ao assumir, viu o contrato vencendo no início de janeiro. Para não interromper o serviço, foi feita contratação sem licitação. Um novo edital será lançado nos próximos dias.

Em São Mateus, um pregão presencial neste ano foi suspenso pela Justiça. Foi realizado novo procedimento licitatório, mas como o pregão ainda estava em andamento, o TCE notificou o município para suspender a concorrência. A prefeitura foi obrigada a firmar contrato emergencial. A Prefeitura de Baixo Guandu informou que recorreu ao TCE, aguarda análise do recurso e vai providenciar uma nova licitação.

As prefeituras de Piúma, Castelo e Ponto Belo não deram retorno até o fechamento da reportagem. As empresas Fortaleza Ambiental, Bio Sanear e Vital foram procuradas, mas ninguém atendeu às ligações.

CASO MILENA GOTTARDI

Atirador vai confessar que matou médica

Dionathas Alves, que chegou a negar que atacou Milena, está à disposição da Justiça para falar do crime, segundo advogado

Rafael Moura

O acusado de atirar na médica Milena Tonini Gottardi, 38, o carpinteiro Dionathas Alves Vieira, 23, vai confessar na Justiça que matou a vítima, de acordo com o defensor do réu, Leonardo Rocha de Souza. O atentado ocorreu no último dia 14 de setembro, no estacionamento dos Hospital das Clínicas, em Vitória. Ela morreu no dia seguinte.

O advogado de Dionathas contou que o cliente vai ajudar a Justiça a esclarecer os fatos relaciona-

dos ao crime.

Anteriormente, o suspeito sustentou a versão que outra pessoa atirou na vítima — embora tenha falado à polícia, logo após ser preso, que cometeu, sim, o delito.

“Ele (Dionathas) confessa que atirou na médica. Está muito arrependido e não vai se furtar junto à Justiça para esclarecer os fatos”, explicou o advogado Leonardo Rocha de Souza.

Além de representar Dionathas, Leonardo defende Bruno Rodrigues Broetto, acusado de ser cúmplice no crime, por conseguir para o acusado da execução a moto que foi utilizada no dia do assassinato.

“Bruno está indignado. Não há prova de que ele tinha conhecimento do crime e da concordância com o crime”, disse o advogado.

Os acusados de serem os mandantes da execução são o policial civil Hilário Frasson, 44, marido da médica, e o pai dele, Esperidião



ESTACIONAMENTO do Hospital das Clínicas, onde Dionathas atacou a tiros a médica Milena Gottardi (destaques)

Frasson, 71.

De acordo com a Polícia Civil, a motivação do assassinato tem relacionamento com o fato de os acusados não aceitarem o fim do casamento entre Hilário e Milena.

Estão ainda entre os réus do caso Valcir da Silva Dias e Hermenegildo Palauro Filho. Eles são acusados de serem intermediários da

execução, com o objetivo de encontrarem uma pessoa para matar a médica.

DEFESA

A defesa do policial civil Hilário Frasson, que está afastado da corporação e é alvo de um processo que pode resultar na demissão dele, ofereceu ontem respostas às di-

versas acusações feitas pelo Ministério Público.

A advogada Luiza Nunes Lima, que trabalha junto com o advogado Homero Mafrá na defesa de Hilário, explicou que foi entregue à Justiça uma lista de testemunhas para falar sobre o caso. Além disso, serão tomadas outras providências, segundo a defensora.



Caso Milena Gottardi: suspeito de atirar em médica vai confessar crime

No primeiro mês das investigações do caso, seis suspeitos foram presos pela morte da médica

O suspeito de atirar na médica Milena Gottardi no dia 14 de setembro, quando ela saía de um plantão no Hospital Universitário, em Vitória, confessará à Justiça que foi ele quem efetuou o disparo que matou Milena.

O advogado de Dhionatas Alves Vieira, Leonardo Rocha de Souza, disse que o cliente está profundamente arrependido, e o mínimo que ele pode fazer é confessar e colaborar com a justiça.

Relembre o caso.

A médica foi baleada no último dia 14, ao sair do plantão no Hospital das Clínicas (Hucam), em Vitória. No dia do crime, ela estava acompanhada por uma colega de trabalho, que pegava carona. Milena foi atingida por um disparo na cabeça, e a colega conseguiu escapar. O caso ganhou repercussão e a investigação seguiu sob sigilo.

Milena foi socorrida, mas teve morte cerebral no dia seguinte. De acordo com investigações das polícias Civil e Militar, seis pessoas participaram do crime, dentre elas o ex-marido de Milena, Hilário Frasson, e o pai dele, Esperidião Carlos Frasson.

Hilário manda homem entrar em apartamento

Acusado de ser um dos mandantes da morte da ex-esposa, a médica Milena Gottardi, o policial civil Hilário Frasson conseguiu solicitar de dentro da prisão que uma pessoa fosse até o apartamento de Milena para pegar alguns documentos.

A visita ao apartamento foi solicitada pelo próprio Hilário, no dia 23 de outubro, a um homem que foi visitá-lo na Delegacia de Novo México, onde o policial estava detido antes de ser transferido para o presídio de Viana. Dias depois da visita, o indivíduo foi ao prédio onde Milena morava, mas não conseguiu entrar.

Alegando ser electricista, o homem solicitou ao porteiro que o deixasse entrar. No entanto, como ele não possuía as chaves do imóvel, sua entrada foi proibida. Em depoimento a polícia, o mesmo homem confirmou que conhece Hilário desde criança.

Também em depoimento a polícia, o porteiro do prédio contou que o suposto electricista interfonou para a casa da vizinha de Milena e falou com a secretária, que informou que não tinha a chave do apartamento.

Suspeito de atirar na médica vai confessar o crime na justiça

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://www.folhavoria.com.br/videos/2017/11/1511265063890326341.html>

Delegado estuda ouvir sequestrador no presídio

O titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, estuda colher o depoimento do acusado de ser o sequestrador da menina Thayná Andressa, de 12 anos, Ademir Lúcio Ferreira de Araujo, 55, na prisão e, não, na unidade policial, que fica localizada em Jucutuquara, Vitória.

O depoimento é relativo a um caso de violência sexual de uma garota de 11 anos, pelo qual ele tinha mandado de prisão em aberto por estupro de vulnerável e que foi cumprido no último dia 13, em Porto Alegre (RS).

O crime aconteceu em Viana, no dia 14 de outubro, três dias antes de a menina Thayná desaparecer no mesmo município.

Pazolini explicou que a medida é



FÁBIO NUNES — 14/11/2017

ADEMIR foi preso em Porto Alegre (RS) e conduzido à Penitenciária Estadual de Vila Velha V

estudada por uma questão de segurança. A oitiva do acusado deverá ocorrer ainda nesta semana, segundo Pazolini, na Penitenciária Estadual de Vila Velha V.

A polícia faz exames para veri-

ficar se a ossada encontrada no último dia 10, é de Thayná.

A Polícia Civil disse que o caso segue sob investigação e sigilo. O prazo para o resultado do exame é de 30 dias.

Servidora diz ter direito a remédio de graça

Analista judiciária justificou ser portadora de doença, o que lhe garantiu receber medicamento pelo SUS, que custa R\$ 138

Brunella França

Portadora de uma patologia autoimune que leva à superatividade da glândula tireoide (hipertireoidismo), conhecida como “doença de Graves”, a analista judiciária Dayla Meneguel ganhou na Justiça o direito a obter, de forma gratuita, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), um dos medicamentos que fazem parte de seu tratamento.

Uma caixa de Nourkrin com 30 comprimidos, que dá para um mês, custa R\$ 138. Em resposta a um recurso da Prefeitura de Linhares contrária à decisão judicial, a servidora disse que tem recomendação de dois médicos para usar o remédio e, além disso, está resguardada pela Constituição.

“O fato de ter interposto a ação não me desmerece como ser humano ou como servidora, pelo contrário, deixa claro que sei qual papel ocupo na sociedade e demonstra que sou detentora de direitos constitucionais”, afirmou.

Sobre o fato de que é chefe de Secretaria no 1º Juizado Especial Criminal e Juizado Especial da Fazenda Pública de Linhares, onde despacha o juiz que julgou sua ação, Dayla justificou que ele é o único competente na comarca do município para analisar um pedido como o dela.

“A ação não poderia ser proposta em nenhum outro juízo, e (o magistrado) não fez outra coisa senão dar cumprimento à previsibilidade legal, quando acolheu o pedido de



A PREFEITURA DE LINHARES entrou com recurso contra a decisão judicial

liminar, determinando que o poder público fornecesse a mim o medicamento necessário”, argumentou.

A servidora recebeu o diagnóstico da doença de Graves em março de 2016. Desde então, vem realizando um tratamento que envolve médicos de diversas especialidades, como endócrino, oftalmo e dermatologistas.

“Alguns são conveniados ao meu plano de saúde, outros, em sua grande maioria não, o que me obri-

ga a pagar as consultas”, contou. Os sintomas do hipertireoidismo com os quais a servidora tem de lidar são taquicardia, emagrecimento repentino, além da queda agressiva de cabelos e outros.

Em dezembro de 2016, ela chegou a ser submetida à ingestão de iodo radioativo, que “queima” a tireoide. Em razão disso, passou a fazer uso diário de uma lista de medicamentos. O Nourkrin, pleiteado na Justiça, está entre eles.

WILTON JÚNIOR

Justiça tem 1.250 ações contra planos

Negativas de procedimentos e aumentos abusivos estão entre os motivos que levam pacientes a entrarem com processo

Lorrany Martins

O Estado tem hoje 1,1 milhão de usuários de planos de saúde, segundo levantamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) feito no final de outubro. Mas nem todos estão satisfeitos com os serviços prestados e acabam recorrendo à Justiça para garantir seus direitos.

Segundo o último levantamento do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), em maio deste ano havia 1.250 processos com o assunto "plano de saúde".

Negativas de procedimentos, de tratamento, aumentos abusivos e descumprimento de regras estão entre os principais motivos que levam pacientes a brigar no tribunal.

Foi o caso do ator Alexandre Frota, que entrou na Justiça de São Paulo para exigir o tratamento de uma doença chamada peyronie. O caso chamou a atenção porque entre os tratamentos havia o pedido de uma prótese peniana, se fosse necessário.

"Casos como esse são comuns, do plano negar algum procedimento ou medicamento. Entendo que o plano vende saúde e isso não pode ser relativizado, a menos que esteja no contrato excluindo algum tipo de prótese, remédio ou tratamento", destacou o juiz da Vara Cível de Cariacica, Ademar João Bermond.

Segundo o juiz, em grande parte dos processos o paciente tem razão em buscar seus direitos. "No Estado tivemos vários casos, há um tempo, sobre um tipo de cirurgia cardíaca em que os planos autorizavam o procedimento cirúrgico e não autorizavam o stent, equipamento para o tratamento. O plano tem de fornecer todo o tratamento, não em partes", frisou.

A advogada Francislene Paiva lembrou que há procedimentos que são básicos e que não podem ser negados pelos planos de saúde.



ALEXANDRE FROTA entrou na Justiça de São Paulo para exigir o tratamento de uma doença chamada peyronie

"A maioria dos casos é de clientes reclamando de algum procedimento que foi negado pelos planos. É preciso lembrar que a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) tem uma lista de procedimentos que são básicos e devem ser obrigatoriamente cumpridos pelos planos", disse.

A defensora do Núcleo Cível da Defensoria Pública do Espírito Santo em Vitória, Hellen Nicácio de Araujo, destacou que na maioria dos casos a Justiça é o último recurso do paciente após a negativa do tratamento ou medicamento.

Multas contra empresas já somam R\$ 303 milhões

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) arrecadou R\$ 303,6 milhões até setembro deste ano com multas contra as operadoras de planos de saúde.

No ano passado, foi obtido um recorde: R\$ 371,6 milhões – valor 126% superior ao que foi arrecadado em 2015, quando o valor chegou a R\$ 164,3 milhões. Segundo a agência, esse resultado foi possível em razão da alteração de normativo interno da ANS, que tornou o processo de punição mais rápido.

As infrações mais comuns registradas em 2016 e ao longo de 2017 se referem a multas por negativas indevidas de cobertura, suspensão ou rescisão de contrato, deixar de prever cláusulas obrigatórias do contrato ou estabelecer disposições ou alterações contratuais que violem a legislação em vigor.

"A adesão ao pagamento das multas vem aumentando nos últimos anos. Além das muitas oportunidades para que as empresas regularizem sua situação, a ANS adota novos processos de cobrança todas as



ATENDIMENTO médico: cobertura

medidas legais disponíveis, respeitando as etapas do processo administrativo, garantindo a ampla defesa e o contraditório aos administrados", explicou a diretora de Fiscalização da ANS, Simone Freire.

Contudo, ela ressaltou que a decisão pelo pagamento em esfera administrativa é da empresa. "Por isso é importante que a operadora faça a sua parte e cumpra com seus compromissos com os beneficiários e com a reguladora."

PROCESSO

Cirurgia negada

A dona de casa Eliane da Silva, 49, foi pega de surpresa por uma negativa de seu plano de saúde. Depois de todos os exames e laudos prontos para fazer uma cirurgia bariátrica, o plano negou o procedimento. A justificativa foi a carência do plano.

"Mas não tinha carência porque tinha vindo de uma portabilidade de plano, que tinha há mais de cinco anos. Fiz todos os exames e laudos, mas na hora da cirurgia disseram que não poderia. Fiquei indignada!"

Ela procurou o advogado Flávio Fabiano que a instruiu em um processo contra o plano. "Minha cliente, que é consumidora, foi enganada."



FERNANDO REBELO/AT

Brigas prejudicam, diz federação

O aumento das brigas e exigências contra planos de saúde na Justiça tem prejudicado todos os usuários de planos de saúde. É o que afirma a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde).

"É preciso reconhecer que a judicialização traz uma vantagem individual, que se sobrepõe ao coletivo. O custo é da coletividade e não da operadora, que apenas gerencia os recursos pagos pelos seus beneficiários. Dessa forma, os custos são compartilhados com todos os beneficiários daquela carteira", explicou o superintendente de Regulação em Saúde da Fena-

Saúde, Sandro Leal.

Segundo ele, nos últimos anos houve um aumento de ações judiciais para acesso a medicamentos muito caros, questionamentos de coberturas não previstas em contratos entre as partes, como: procedimentos não cobertos pelo Rol; ausência de cobertura por opção do beneficiário no momento da contratação e outras reclamações.

"Para reverter esse quadro, as associadas da FenaSaúde acreditam no poder da informação como forma de combater o crescimento da judicialização da saúde. Um consumidor bem informado co-

nhece seus direitos e deveres em relação aos planos de saúde."

Outra ação para melhorar a relação com o paciente, segundo ele, é o apoio da federação a iniciativas do Conselho Nacional de Justiça para a constituição de Núcleos de Apoio Técnico a Magistrados.

"Geralmente, as demandas judiciais vêm acompanhadas de laudo médico assinado pelo profissional assistente e o juiz não tem competência para questioná-lo. Ele precisa de um apoio técnico que aponte outras opções igualmente eficazes no tratamento", destacou Leal.

OPINIÕES



“A saúde não pode ser relativizada. O plano tem de arcar com todo o tratamento para o paciente.”

Ademar João Bermond, juiz



“Quando o plano de saúde nega algum procedimento, se for urgente, podemos pedir liminar.”

Francislene Paiva, advogada